



O DETERMINANTE SOCIAL DO GÊNERO NA COMPREENSÃO DA PSICOSSOMÁTICA EM MULHERES

THE SOCIAL DETERMINANT OF GENDER IN THE UNDERSTANDING OF PSYCHOSOMATICS IN WOMEN

Ana Carolina Melo de Carvalho¹

Fabiane da Fontoura Messias de Melo²

Resumo

A origem da psicossomática remete à associação entre o adoecimento somático e os corpos femininos, perspectiva posteriormente reforçada por discursos que biologizaram o sofrimento das mulheres e desconsideraram a relevância dos determinantes sociais. Diante disso, o trabalho objetivou identificar se os estudos acadêmicos sobre psicossomática em mulheres, publicados entre 2020 e 2025, consideram o determinante social de gênero na compreensão da somatização. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão sistemática da literatura, realizada nos bancos de dados SciELO, BVS Saúde e Periódicos da CAPES. Após a identificação dos trabalhos científicos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em língua portuguesa e que abordassem a psicossomática em mulheres, dez artigos compuseram a amostra final, cujos dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicaram que 90% dos estudos analisados, ainda que não se propusessem a aprofundar os aspectos de gênero, consideraram essa categoria relevante para o adoecimento somático feminino. Entre os principais fatores associados, destacaram-se os dispositivos de gênero, a precarização e a vulnerabilidade do trabalho feminino, além de experiências traumáticas e da violência contra a mulher. Concluiu-se que a literatura recente tende a reconhecer o gênero como determinante social relevante na compreensão da somatização em mulheres, evidenciando a influência dos modos de produção contemporâneos sobre os processos de subjetivação feminina.

Palavras-chave: Psicossomática; Gênero; Mulheres; Determinantes sociais da saúde.

Abstract

The origins of psychosomatics are linked to the association between somatic illness and female bodies, a perspective later reinforced by discourses that biologized women's suffering and disregarded the relevance of social determinants. In light of

¹ Ana Carolina Melo de Carvalho (Carvalho, A.C.) - Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Acre. Email: anacarolinacarvalho.psii@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6420347124674635>.

² Fabiane da Fontoura Messias de Melo (Melo, F.) – Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2006). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (2012). Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD - UNB. Email: Fabiane.melo@ufac.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3498721394720719>.



this, the study aimed to identify whether academic studies on psychosomatics in women, published between 2020 and 2025, consider gender as a social determinant in the understanding of somatization. This was a qualitative study, consisting of a systematic literature review conducted in the SciELO, BVS Saúde, and CAPES Journals databases. After identifying scientific studies published between 2020 and 2025, available in Portuguese and addressing psychosomatics in women, ten articles composed the final sample, whose data were interpreted through Bardin's content analysis. The results indicated that 90% of the analyzed studies, although not specifically intended to deepen discussions on gender issues, considered gender a relevant category in female somatic illness. Among the main associated factors, gender dispositifs, the precariousness and vulnerability of women's work, traumatic experiences, and violence against women stood out. It was concluded that recent literature tends to recognize gender as a relevant social determinant in understanding somatization in women, highlighting the influence of contemporary modes of production on processes of female subjectivation.

Keywords: Psychosomatics; Gender; Women; Social determinants of health.

1. INTRODUÇÃO

A psicossomática constitui um campo de estudos historicamente marcado por uma pluralidade de formulações teóricas e divergências conceituais importantes que merecem ser contextualizadas. A ideia de que aspectos psíquicos podem interferir no funcionamento do corpo e produzir adoecimentos acompanha a história da medicina desde Hipócrates, ainda que os modos de explicar a articulação entre mente e corpo permaneçam como objeto de debate (SOTO, 2006). Introduzida por Johann Heinroth, no início do século XIX, a psicossomática compreende toda perturbação fisiológica resultante de um determinismo psicológico que intervém de modo constante na gênese da doença, sendo fundamentada na influência recíproca entre mente e corpo (CAPITÃO; CARVALHO, 2006).

A Psicanálise exerceu especial influência na compreensão desse fenômeno desde a sua origem, destacando-se pelo estudo dos casos de histeria desenvolvidos por Sigmund Freud e Josef Breuer (1895/2016). Tradicionalmente, a histeria foi compreendida como a doença dos humores femininos e descrita como um mecanismo inconsciente no qual a pulsão recalcada é convertida em manifestações corporais (GALDI; CAMPOS, 2017). Em paralelo, a perspectiva psicossomática adotada neste estudo está atrelada às ideias de Joyce McDougall (1996) e Christophe Dejours (1992), autores que compreendem a psicossomática como manifestações fisiológicas



do sofrimento psíquico, sem a postulação de uma estrutura clínica específica.

Reconhecida essa distinção, o presente trabalho não se propôs a aprofundar as diferenças epistemológicas entre tais definições. O que se apresenta de maneira salutar é o modo em que estes termos foram historicamente calcados para explicar manifestações corporais de sofrimento em mulheres, frequentemente dissociados de suas condições sociais e subjetivas, contribuindo para a consolidação da ideia de uma suposta maior suscetibilidade feminina ao adoecimento (GALDI; CAMPOS; CAMPOS, 2017). Tal lógica sustentou um discurso tencionado por Valeska Zanello e Ana Paula Andrade (2014), o qual tomava as mulheres como doentes pela própria condição de serem mulheres, legitimando tratados médicos e especialidades voltadas ao controle da pretensa fragilidade feminina e à proteção da função reprodutiva (ROHDEN, 2001).

No contexto contemporâneo, a psicossomática passou por tentativas de decodificação em manuais psiquiátricos. A 5ª edição revisada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2023) organiza as manifestações tradicionalmente associadas à psicossomática sob a categoria dos transtornos de sintomas somáticos e transtornos relacionados. Trata-se de um diagnóstico baseado na presença de sintomas somáticos perturbadores, associados a pensamentos, sentimentos e comportamentos desproporcionais ou disfuncionais em relação a esses sintomas. Acrescenta-se ainda a noção de sintomas clinicamente inexplicados em quadros específicos, como o transtorno conversivo e a pseudociese.³

A 11ª Classificação Internacional de Doenças (BRASIL, 2022), paralelamente, apresenta as categorias de “Transtorno de Sofrimento Corporal” e “Fatores Psicológicos ou Comportamentais que Afetam Distúrbios ou Doenças Classificados em Outra Parte”. Essas seções identificam as doenças de cunho psicossomático como respostas fisiológicas ao estresse que afetam negativamente a manifestação de uma doença, como úlcera, hipertensão, arritmia, cefaleia tensional, dermatite e psoríase. Ainda segundo o DSM-5-TR (APA, 2023), pessoas do sexo feminino tendem a relatar mais sintomas somáticos do que pessoas do sexo masculino. Em consonância, dados epidemiológicos brasileiros apontam maior incidência feminina desses quadros, correspondendo a aproximadamente 65,9% dos casos registrados entre 2019 e 2023 (FONTES ET AL., 2024).

Almeida (2023) contribui para essa discussão ao apontar que determinados

³ Também conhecida como gravidez fictícia ou psicológica, trata-se de uma condição rara em que sintomas físicos de gravidez surgem, sem que de fato haja uma. (Santos, et al., 2021).



corpos podem se mostrar mais suscetíveis a sofrimentos físicos e psíquicos do que outros. Contudo, o aspecto central reside no fato de que dores crônicas e adoecimentos somáticos e mentais têm incidido sobre corpos identificados, por si próprios e socialmente, como femininos. Embora os aspectos biológicos não devam ser negados, ele se revela insuficiente para a compreensão desses sofrimentos, sobretudo diante da limitação epistemológica que persiste na explicação de quadros sem marcadores patognomônicos claros. Assim como ocorreu com a histeria no século XIX, a ausência de parâmetros biomédicos conclusivos abre espaço para que outros campos do conhecimento contribuam para a compreensão desses adoecimentos.

No Brasil, o debate sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) foi institucionalizado a partir da criação da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, 2006), que os define como fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais e comportamentais que interferem nas condições de saúde e na exposição a riscos, sendo responsáveis por grande parte das desigualdades em saúde (SILVA; BICUDO, 2022). Esse entendimento foi sistematizado pela Organização Mundial da Saúde a partir do modelo proposto por Solar e Irwin (2010), que distingue determinantes estruturais e intermediários, sendo que os estruturais abrangem fatores como classe social, raça/etnia e gênero, os quais organizam posições socioeconômicas desiguais e condicionam diferentes níveis de vulnerabilidade e adoecimento.

É necessário destacar que a perspectiva dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) representou um avanço ao reconhecer que as desigualdades em saúde são produzidas por fatores sociais, econômicos e políticos, no entanto, ela não propõe uma análise das relações de poder e dos processos de exploração, dominação e marginalização que estruturam essas desigualdades (BORDE; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ; PORTO, 2015). Assim, este estudo articula essa perspectiva às contribuições de Butler (1990) e Zanello (2018; 2022), por compreender que, apesar de epistemologias distintas, esses referenciais são suplementares na análise dos processos de subjetivação que sustentam a produção social do adoecimento em mulheres.

O gênero, nesse entendimento, pode ser compreendido como uma repetição estilizada de performances que produzem uma sensação de identidade e estabilidade para o sujeito (BUTLER, 1990). Para além da noção de performance, o gênero



também diz respeito a uma configuração de emocionalidades (ZANELLO, 2018), sendo que emoções e comportamentos são aprendidos e mediados pela cultura. Em sociedades sexistas, as emoções valorizadas e estimuladas em pessoas lidas como meninas ou meninos são distintas, produzindo impactos diretos na experiência subjetiva e corporal (ZANELLO, 2022). É válido ressaltar que o gênero é a categoria analítica central desta pesquisa, e que sua análise invariavelmente pressupõe a articulação de outros marcadores sociais, como raça, etnia e classe social, visto que os dispositivos de gênero operam de maneira imbricada às demais relações sociais (ZANELLO, 2018; 2022).

Costa-Júnior, Almeida e Correr (2019) acrescentam ainda que, sobre o ensino e a pesquisa científica, é necessário observar concepções biomédicas e sociais que reproduzem visões antiquadas que consideram o corpo feminino como inerentemente vulnerável e suscetível às manifestações psicossomáticas. Dessa forma, a revisão sistemática buscou compreender como a literatura científica aborda esse fenômeno, a fim de identificar visões estigmatizantes e promover discussões que fomentem práticas de saúde integradas ao contexto social e histórico da subjetividade feminina. Embora reconhecida a centralidade de abordagens interseccionais que contemplem as transgeneridades, o estudo não se propõe a abarcar a complexidade das múltiplas experiências de feminilidades, condição associada ao perfil das produções científicas recentes sobre psicossomática.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar se os estudos acadêmicos sobre psicossomática em mulheres, publicados entre 2020 e 2025, consideram o determinante social de gênero na compreensão da somatização. Para isso, foram mapeados os estudos acadêmicos inseridos no recorte temporal proposto, a fim de garantir a atualização teórica e metodológica da investigação e verificar se as produções recentes têm sido atravessadas por debates sociais contemporâneos, especialmente no que se refere aos fatores de correlação entre o adoecimento psicossomático e o gênero feminino.

2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, voltada à compreensão e explicação dos fenômenos e à produção de análises interpretativas das relações sociais (MINAYO, 2010). Quanto ao delineamento, consistiu em uma



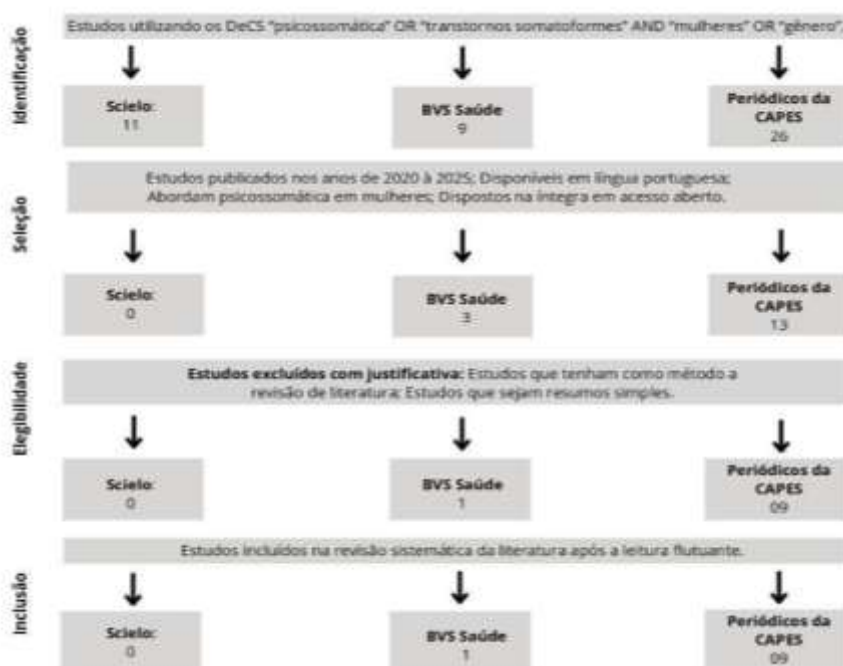
revisão sistemática da literatura, baseada na seleção criteriosa de textos publicados sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa secundária, com métodos explícitos e sistematizados, de rigor científico e transparência, visando mitigar vieses na busca, coleta e análise de dados de estudos primários (CAMPOS; CAETANO; GOMES, 2023).

A pergunta norteadora da pesquisa foi: “Os estudos acadêmicos sobre psicossomática em mulheres, publicados entre 2020 e 2025, consideram o determinante social de gênero na compreensão da somatização?”. Como instrumento de coleta de dados, foi elaborada uma tabela na plataforma Google Sheets com os artigos selecionados, contendo: título, autor, ano, objetivo, tipo de estudo, resultados, perspectiva da psicossomática e fatores de relação entre adoecimento psicossomático e gênero feminino.

Como procedimento de coleta de dados, a seleção dos artigos seguiu as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Moher et al., 2020). A busca bibliográfica se deu no período de Novembro a Janeiro de 2025, e foi realizada nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos CAPES, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A estratégia de busca empregou a expressão ("transtornos somatoformes" OR "psicossomática") AND ("mulheres" OR "gênero"), adaptada, quando necessário, às especificidades de indexação de cada base de dados. Após a identificação dos estudos, realizou-se a triagem por títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra dos artigos potencialmente elegíveis para verificação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Quanto aos critérios de inclusão, foram considerados: (1) trabalhos científicos publicados entre 2020 e 2025; (2) publicações disponíveis em língua portuguesa; (3) estudos que abordassem a psicossomática em mulheres; e (4) artigos disponíveis na íntegra em acesso aberto. Como critérios de exclusão, adotaram-se: (1) estudos de revisão de literatura; e (2) resumos simples. Com o objetivo de minimizar potenciais vieses durante o processo de seleção, os critérios de elegibilidade foram definidos previamente e aplicados de forma padronizada em todas as etapas da triagem e da leitura dos textos completos. A descrição detalhada do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos encontra-se apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Etapas do PRISMA



Fonte: Elaborada pelas autoras, baseada em Moher *et al.*, (2020).

Para a análise e síntese dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A partir desse processo, realizou-se a organização das informações relevantes em tabela expositiva e agrupamento dos dados brutos conforme as recorrências temáticas identificadas, especialmente quanto aos fatores indicados por cada artigo para associar o adoecimento psicossomático ao gênero feminino. Em seguida, foram construídas subcategorias, posteriormente codificadas em núcleos de sentido mais amplos, que subsidiaram a formulação das categorias de análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca realizada nos bancos de dados acadêmicos resultou inicialmente em quarenta e seis trabalhos científicos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, dez trabalhos mostraram-se elegíveis e compuseram a amostra final da presente revisão sistemática. Quanto aos dados descritivos dos artigos selecionados, observou-se predominância de estudos publicados em 2023, correspondendo a



quatro artigos da amostra. Os demais trabalhos distribuíram-se de forma equilibrada entre os anos de 2025, 2022 e 2020, cada um representando dois artigos do total.

Em relação às bases de dados, verificou-se que a maioria dos artigos selecionados foi encontrada no Portal de Periódicos da CAPES, totalizando nove artigos, sendo apenas um estudo proveniente de outra base (BVS Saúde). Quanto aos aspectos metodológicos, predominaram estudos descritivos e transversais, que corresponderam a quatro artigos da amostra, bem como abordagens qualitativas, presentes em seis dos trabalhos analisados. No que diz respeito às áreas temáticas das revistas, destacaram-se aquelas de caráter multidisciplinar, com cinco artigos, seguidas da área específica da psicologia, com dois artigos, enfermagem, com um artigo, medicina, com um artigo, e ciências agrárias e biológicas, com um artigo. Os artigos estavam indexados em periódicos como *Research, Society and Development* e *Brazilian Journals Publicações de Periódicos e Editora Ltda*.

A análise dos artigos revelou significativa associação entre o adoecimento psicossomático e o gênero feminino. Nove dos dez estudos adotaram uma perspectiva crítica e psicossocial para compreender a somatização em mulheres, articulando esse fenômeno a dispositivos de gênero, condições precárias de trabalho, violência estrutural e experiências traumáticas. Nesses trabalhos, o corpo aparece recorrentemente como lugar de expressão de conflitos que encontram limites na elaboração psíquica, sendo o sofrimento compreendido como indissociável das condições sociais, culturais e econômicas que atravessam a vida das mulheres (ALMEIDA, 2023).

Apenas um estudo da amostra não adotou o determinante social do gênero em sua análise do adoecimento psicossomático, apesar de apresentar, em seus resultados, maior prevalência de transtornos somatoformes em mulheres. Trata-se de um trabalho da área médica, com abordagem epidemiológica, cujo foco esteve centrado na descrição da distribuição e da frequência de transtornos mentais em um ambulatório médico de psiquiatria. Assim, embora o estudo tenha identificado diferenças entre homens e mulheres, não se propôs a aprofundar a análise dos fatores sociais, simbólicos e históricos implicados nessas disparidades, o que parece estar associado aos objetivos próprios da epidemiologia.

A partir da observação dos principais sentidos atribuídos à relação entre o gênero feminino e a somatização nos artigos, foram construídas quatro categorias centrais de análise, sendo estas: Categoria 01: Dispositivos de gênero; Categoria 02:



Precarização do trabalho feminino e vulnerabilidade social; Categoria 03: Experiências traumáticas e violência contra a mulher; Categoria 04: Abordagens biomédicas e epidemiológicas do adoecimento somático.

Dentre as categorias identificadas, destacou-se a Categoria 02: Precarização do trabalho feminino e vulnerabilidade social, com maior número de estudos (40% da amostra), voltados à caracterização de perfis epidemiológicos do sofrimento somático. Observou-se ainda que, na epidemiologia, a correlação entre gênero e somatização tende a enfatizar aspectos psicossociais do trabalho, enquanto psicologia, enfermagem e saúde coletiva aprofundam com maior frequência os dispositivos de gênero.

A seguir, estão dispostas a discussão das categorias centrais deste estudo. Os quadros com os títulos dos trabalhos incluídos em cada categoria, bem como as subcategorias identificadas, antecedem cada seção, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das análises realizadas.

3.1. Dispositivos de gênero

Quadro 1 - Dispositivos de gênero

<i>Título do trabalho</i>	<i>Subcategorias</i>
Psicossomática pós-COVID-19: sinais e sintomas causadores de adoecimento mental.	Estado civil não conjugal ⁴
	Sobrecarga de cuidado
Os impactos dos ideais de beleza difundidos em redes sociais na subjetividade e nos processos de sofrimento psíquico de portadores de doenças dermatológicas.	Busca pelo corpo feminino e magro
	Sofrimento estético do adoecimento somático
	Estado civil não conjugal
Para pensar a psicossomática e sua relação com o feminino.	Busca pelo corpo feminino e magro

Fonte: elaborado pelas autoras.

Essa categoria de análise reuniu três estudos que evidenciaram a relação entre o adoecimento psicossomático e os dispositivos de gênero. Entende-se por dispositivo, nesta pesquisa, práticas discursivas e de fazeres relacionadas a condutas atravessadas por processos históricos, culturais, sociais e materiais (FOUCAULT,

⁴ Os autores empregam o termo “estado civil desfavorável” para incluir mulheres divorciadas, solteiras e/ou viúvas. Neste estudo, adotou-se o termo “estado civil não conjugal” para designar essas categorias.



2006). No caso do gênero, tais dispositivos operam na produção de modos de subjetivação, sustentando normas e expectativas acerca do feminino e do masculino (BUTLER, 2006). Nessa perspectiva, Zanello (2018) destaca que, na cultura brasileira, os dispositivos amoroso e materno constituem importantes tecnologias de gênero que organizam a experiência subjetiva das mulheres e produzem efeitos sobre seus modos de sofrimento.

Quando analisados os estudos incluídos nesta revisão, observa-se que dois deles abordam a psicossomática a partir do dispositivo amoroso, discutindo adoecimentos dermatológicos ou sintomas corporais visíveis e destacando o impacto do olhar do outro e dos padrões de beleza sobre a experiência da doença. No artigo *"Os impactos dos ideais de beleza difundidos em redes sociais na subjetividade e nos processos de sofrimento psíquico de portadores de doenças dermatológicas"* (FERNANDES, 2023), evidencia-se a supervalorização do corpo feminino magro e perfeito como símbolo de independência e sucesso, ideal imposto às mulheres de diferentes classes e idades.

Nesse estudo, o dispositivo amoroso não é apresentado como causa do adoecimento somático, mas como elemento que incide sobre a experiência subjetiva da doença, produzindo sofrimento adicional. A exigência de ser desejável, jovem e adequada aos ideais estéticos vigentes impõe às mulheres uma relação específica com o próprio corpo, de modo que o estado civil não conjugal e/ou não ter sido escolhida por um homem significa não ser boa o suficiente ou possuir algum "defeito" (PALMA et al., 2020, p. 110). Os achados evidenciam, portanto, que os dispositivos de gênero operam na gênese, manutenção e intensificação do sofrimento.

Em consonância, o trabalho *"Para pensar a psicossomática e sua relação com o feminino"* (MORAIS, 2023) analisa o caso clínico de uma paciente com lúpus eritematoso sistêmico, compreendendo a doença como fenômeno psicossomático relacionado à inscrição corporal de experiências traumáticas. As interpelações do dispositivo amoroso aparecem quando a paciente se descreve como "diferente", percepção associada à cobrança familiar, especialmente materna, para adequação do corpo aos padrões sociais vigentes. Conforme Zanello (2018), o dispositivo amoroso opera de forma estrutural, sendo continuamente reafirmado nas relações sociais e familiares, produzindo formas específicas de validação e reconhecimento do feminino.

O dispositivo materno também emergiu como elemento relevante na compreensão do adoecimento psicossomático. Compreendido como uma construção



social que associa a identidade feminina ao exercício da maternidade (ZANELLO, 2018), esse dispositivo estabelece expectativas de cuidado, dedicação e renúncia e culpabiliza aquelas que não conseguem capturar esta imposição. Caso não opere da forma indicada, a mulher pode ser predicada como egoísta ou desqualificada enquanto mulher (PINHEIRO, 2014).

Essa compreensão é corroborada pelo artigo *"Psicossomática pós-COVID-19: sinais e sintomas causadores de adoecimento mental"* (RIBEIRO et al., 2022), que relaciona o adoecimento psicossomático feminino à dupla jornada de trabalho, ao medo, às sensações de desamparo e às condições socioeconômicas e familiares adversas, como baixa renda e ausência de suporte social, especialmente entre mulheres com filhos. Os autores evidenciam que a sobreposição das demandas de trabalho, cuidado e maternidade intensifica o sofrimento psíquico e favorece manifestações psicossomáticas.

Os achados desses estudos contribuem para a compreensão do uso do corpo como veículo de expressão do sofrimento, quando circunstâncias internas ou externas ultrapassam os modos habituais de resistência psíquica (DIAS et al., 2007). Em consonância, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP, 2014) aponta que indivíduos com doenças psicossomáticas apresentam dificuldades em sentir e se apropriar das próprias emoções, que permanecem inscritas no corpo por não encontrarem vias de representação simbólica, restando um corpo que dói à margem da palavra.

O corpo, diante disso, apresenta-se como único cenário possível para a representação do sofrimento psíquico, visto que socialmente não há espaço para pensar acerca do mal-estar na maternidade. Por tornar-se um fator identitário feminino, recai sobre as mulheres a responsabilidade da saúde mental e desenvolvimento infantil das crianças, não havendo espaço para dor, sofrimento, arrependimento ou raiva diante da descoberta da gestação, do pré-natal, parto, amamentação e criação dos filhos (MAUÉS et al., 2021).

3.2. Precarização do trabalho feminino e vulnerabilidade social

Quadro 2 - Precarização do trabalho feminino e vulnerabilidade social

Título do trabalho	Subcategorias
Transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas: um estudo epidemiológico entre 2017 e 2021.	Baixa remuneração

	Periculosidade no trabalho
	Desemprego
	Trabalho informal
	Longa jornada de trabalho
Descrição do perfil biopsicossocial e as principais hipóteses diagnósticas dos pacientes que buscam por atendimento no Pronto Atendimento em Saúde Mental de João Pessoa.	Baixa remuneração
	Exposição à pobreza
	Desemprego
	Trabalho informal
	Longa jornada de trabalho
Distúrbios psiquiátricos menores e estresse em policiais militares.	Periculosidade no trabalho
	Longa jornada de trabalho
	Baixa remuneração
Perfil epidemiológico dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial.	Desemprego
	Trabalho informal
	Exposição à pobreza

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quatro dos artigos incluídos nesta pesquisa estiveram englobados nesta categoria, cujo eixo central está na compreensão do trabalho, ou de sua ausência, como um determinante social específico do sofrimento psicossomático feminino. Os estudos analisados evidenciam que tanto condições laborais precárias quanto o desemprego configuram-se como fatores estruturantes da somatização. Ainda que o adoecimento somático esteja frequentemente associado à dupla jornada de trabalho feminina, discutida na categoria “Psicossomática e dispositivos de gênero”, os artigos aqui reunidos inferem centralidade própria às características psicossociais do trabalho e às formas de vulnerabilização socioeconômica dele decorrentes.

Nesse sentido, os estudos apontam que fatores como habitação precária, desemprego e exposição à pobreza representam alguns dos principais elementos associados aos processos de adoecimento e somatização em mulheres. Dados apresentados por Barbosa et al. (2020), ao traçarem o perfil epidemiológico dos usuários de um CAPS II no município de Paulo Afonso (BA), indicam que o sofrimento psíquico associa-se a condições socioeconômicas desfavoráveis e acesso limitado a



bens de consumo. Embora muitos prontuários não informem ocupação, observou-se predominância de usuários empregados, aspecto que pode estar relacionado ao trabalho informal e condições laborais contingentes.

Diante disso, essa categoria apresenta inicialmente o vínculo empregatício como potencial fonte de adoecimento, especialmente quando marcado por longas jornadas de trabalho, periculosidade, exigências físicas intensas e desigualdade salarial de gênero (GARCIA; MONTEIRO; GREGOVISKI, 2023). Tal ambivalência evidencia que o trabalho não pode ser compreendido de forma exclusivamente protetiva ou patogênica, mas como um campo atravessado por contradições estruturais e históricas, capaz de produzir reconhecimento e sofrimento.

Nessa direção, a perspectiva da saúde do trabalhador e da psicossomática permite compreender que o adoecimento relacionado ao trabalho não decorre apenas da exposição a riscos físicos, mas também da organização do trabalho e das experiências subjetivas implicadas na atividade laboral (RODRIGUES; FRANÇA, 2010; PITTA, 1990). Conforme Dejours (1992), a ausência de reconhecimento, o esvaziamento do sentido da tarefa e a impossibilidade de realização simbólica podem favorecer a instalação de adoecimentos somáticos.

Quando essa dinâmica é situada na experiência das mulheres, observa-se que o sofrimento tende a assumir configurações específicas, uma vez que o trabalho é atravessado por hierarquias de gênero que organizam práticas e modos de reconhecimento (SCOTT, 1990). Essa dinâmica é ilustrada pelo estudo de Garcia, Monteiro e Gregoviski (2023) com policiais militares, no qual as mulheres apresentaram índices significativamente mais elevados de distúrbios psiquiátricos menores em comparação aos homens. Entre os fatores associados destacam-se práticas de assédio, comparações constantes com padrões de desempenho masculinos, jornadas irregulares e exigências físicas intensas.

Em consonância, o estudo “Transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas: um estudo epidemiológico entre 2017 e 2021” (AMARAL et al., 2023) destaca a centralidade das condições e da organização do trabalho como determinantes sociais em saúde. O estudo aponta que ambientes laborais desfavoráveis, relações interpessoais conflituosas, desemprego e exposição prolongada podem contribuir para transtornos somáticos, além de indicar crescimento dos casos entre mulheres ao longo dos anos, associado à sobrecarga de demandas extra trabalho e à maior exposição ao assédio.



No que se refere especificamente ao desemprego, os estudos analisados indicam que o desemprego constitui fator de risco relevante para o sofrimento feminino. Tal achado dialoga com a perspectiva marxiana, segundo a qual o trabalho ocupa lugar central na constituição do ser social (MARX, 1867/2017), bem como com Clot (2006), ao compreender que a inserção laboral participa da construção do sentimento de utilidade social, pertencimento e reconhecimento. Assim, o desemprego prolongado pode fragilizar os vínculos sociais e favorecer o surgimento de sofrimento psíquico e adoecimento somático (VIEIRA, 2024).

Essa vulnerabilidade é reforçada pelo artigo “Descrição do perfil biopsicossocial e as principais hipóteses diagnósticas dos pacientes que buscam atendimento no Pronto Atendimento em Saúde Mental de João Pessoa” (MORAIS et al., 2025), no qual 62% das pacientes eram mulheres, com idade média de 38,6 anos. O estudo aponta maior predisposição feminina à busca por cuidados em saúde mental, associada a transtornos como depressão e ansiedade, agravados por fatores socioeconômicos e demográficos, como desemprego, baixa escolaridade, trabalho informal e exposição à pobreza e à violência de gênero.

Outrossim, é importante destacar que, para as mulheres, a condição de desemprego adquire contornos específicos. Oshiro (2017), ao investigar mulheres em situação de violência doméstica, evidencia que as agressões físicas e psicológicas sofridas no contexto relacional dificultam a autonomia financeira. As restrições impostas à circulação, o adoecimento psíquico e a ausência de alternativas concretas para ruptura com a situação de violência comprometem a inserção e a permanência no trabalho, aprofundando a vulnerabilidade social e o sofrimento psicossomático. Dessa forma, desemprego, violência de gênero e adoecimento configuram-se como fenômenos interdependentes, que se retroalimentam no interior das desigualdades estruturais.

3.3. Experiências traumáticas e violência contra à mulher

Quadro 3 - Experiências traumáticas e violência contra à mulher

<i>Título do trabalho</i>	<i>Subcategorias</i>
"Minha vida, meu corpo é um hematoma": vivências de pessoas com dor musculoesquelética crônica.	Abuso sexual
	Assédio

	Experiências traumáticas
	Emoções reprimidas e conflitos internos
	Luto
Um nome para a dor: fatores psicológicos presentes no discurso de mulheres com fibromialgia.	Experiências traumáticas
	Emoções reprimidas e conflitos internos
	Luto
	Violência de gênero

Fonte: elaborado pelas autoras.

Essa categoria de análise foi desenvolvida a partir de dois artigos principais incluídos na amostra da pesquisa. É importante ressaltar, contudo, que as experiências traumáticas e a violência estrutural de gênero emergiram como temáticas transversais na maioria dos estudos analisados, articulando-se diretamente à compreensão psicossomática do adoecimento. Sob a perspectiva psicodinâmica, quando os afetos se desligam de suas representações, tendem a ser convertidos ou transformados, podendo encontrar no corpo uma via de expressão diante de falhas nos processos de simbolização e elaboração psíquica (FREUD, 1926/2014; MCDOUGALL, 1996).

Essa compreensão é corroborada pelo estudo “Um nome para a dor: fatores psicológicos presentes no discurso de mulheres com fibromialgia” (SIQUEIRA; OLIVEIRA; ALVES, 2025), no qual os autores evidenciam que perturbações emocionais ao longo do desenvolvimento feminino, bem como vivências de perda, desamparo e abandono, configuram importantes agentes estressores associados à manifestação da dor corporal. O corpo, nesse contexto, surge como lugar privilegiado de inscrição de sofrimentos que não puderam ser simbolicamente elaborados. Esses achados dialogam com estudos que demonstram associações entre experiências traumáticas precoces, ambientes familiares marcados por frieza afetiva, abuso emocional, violência física, abuso sexual e negligência e os processos de somatização (WALDINGER et al., 2006 apud MELLO-FILHO; BURD, 2010; FORTES; TÓFOLI; BAPTISTA, 2010).

No caso das mulheres, essas experiências traumáticas encontram expressão particular na violência de gênero. Trata-se de uma violência estruturalmente ancorada nas relações de gênero, envolvendo violências doméstica, familiar, sexual, psicológica, física e patrimonial, que têm como finalidade o controle e a subordinação

das mulheres (PORTO, 2006; PORTO, 2010). Embora possa ocorrer em diferentes espaços, estudos apontam que a violência é predominantemente praticada no âmbito doméstico e permanece frequentemente invisibilizada por interpretações que a associam ao descontrole emocional masculino ou à responsabilização da própria mulher (ZANELLO, 2022).

Essa compreensão também é sustentada pelos achados de Borini et al. (2022), no artigo “Minha vida, meu corpo é um hematoma”: vivências de pessoas com dor musculoesquelética crônica”, que identificam histórico frequente de abuso físico, psicológico ou sexual entre mulheres com dor crônica. Nos diagnósticos somatoformes, como a fibromialgia, aproximadamente 70% das mulheres relataram experiências prévias de violência, associadas à depressão, fadiga persistente e distúrbios do sono. Os autores destacam, ainda, que a dificuldade de rompimento dos ciclos de violência e o acesso restrito às formas de cuidado, atravessados pelo dispositivo amoroso, contribuem para a cronificação do sofrimento.

Em suma, os estudos analisados indicam que as experiências traumáticas, especialmente a violência de gênero, constituem fatores associados ao adoecimento psicossomático em mulheres. A literatura revisada aponta impactos amplos na saúde feminina, manifestando-se em dor persistente, medo, cicatrizes físicas e sofrimento psíquico (MIRANDA; LIMA, 2023). Assim, a somatização pode constituir uma via de expressão do sofrimento em contextos de violência, ausência de reconhecimento e dificuldades de simbolização.

3.4. Abordagens biomédicas e epidemiológicas do adoecimento somático

Quadro 4 - Abordagens biomédicas e epidemiológicas do sofrimento somático

<i>Título do trabalho</i>	<i>Subcategoria</i>
Ambulatório médico de psiquiatria: 30.151 casos.	Epidemiologia

Fonte: elaborado pelas autoras.

Apenas um artigo da amostra da pesquisa esteve disposto nesta categoria. O conteúdo identificado faz menção ao modelo biomédico, caracterizado como matriz hegemônica das práticas em saúde, centrada na dimensão biológica do corpo e na primazia do diagnóstico (RAIMUNDO; SILVA, 2020). Trata-se de um modelo que privilegia a descrição dos processos de adoecimento a partir de seus aspectos biológicos, relegando a segundo plano fatores sociais, históricos, culturais e



subjetivos. Essa racionalidade também orienta grande parte das abordagens epidemiológicas, cujo objetivo consiste em analisar a frequência, a distribuição e os determinantes dos eventos de saúde em populações humanas, subsidiando intervenções em saúde pública (REICHENHEIM; BASTOS, 2021).

Nesse viés, embora quatro artigos da área epidemiológica tenham feito parte desta revisão sistemática, apenas um compôs efetivamente esta categoria de análise. O estudo “Ambulatório médico de psiquiatria: 30.151 casos” (SANTOS et al., 2020) objetivou descrever as características do serviço e o perfil dos usuários atendidos no Ambulatório Médico de Especialidades de Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME Psiquiatria), localizado na cidade de São Paulo. Trata-se do maior estudo ambulatorial já realizado no Brasil, abrangendo uma amostra de 30.151 pacientes. Os resultados indicaram que a maioria dos usuários atendidos era composta por mulheres (62%), sendo os diagnósticos mais prevalentes os transtornos do humor e de ansiedade (36,5%), seguidos pelos transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (29%).

O estudo cumpre adequadamente o objetivo de descrever o perfil epidemiológico dos usuários do serviço e a distribuição dos diagnósticos psiquiátricos. No entanto, observa-se a ausência de problematização dos fatores sociais que atravessam a maior prevalência de mulheres entre os casos atendidos. Esse aspecto contrasta com os demais estudos epidemiológicos incluídos nesta revisão, nos quais o gênero aparece como categoria analítica relevante para compreender os processos de adoecimento. Assim, embora os achados produzam informações importantes sobre a distribuição dos diagnósticos, a ênfase na descrição quantitativa e na categorização diagnóstica tende a invisibilizar determinantes sociais do sofrimento, especialmente entre mulheres.

Essa interpretação dialoga com Zanello e Andrade (2018), ao afirmarem que a distribuição desigual dos transtornos mentais entre homens e mulheres e entre diferentes grupos sociais não pode ser compreendida exclusivamente pela lógica biomédica, uma vez que os diagnósticos frequentemente expressam processos de medicalização e psiquiatrização de mazelas sociais. Nessa direção, os resultados desta categoria evidenciam que, embora as abordagens epidemiológicas contribuam para a caracterização dos fenômenos em saúde, sua compreensão torna-se mais abrangente quando articulada aos determinantes sociais do adoecimento. Tal constatação reforça a problemática central desta pesquisa, ao evidenciar que a



compreensão da psicossomática em mulheres demanda considerar, para além da dimensão biológica, os atravessamentos sociais, históricos e de gênero implicados na produção do sofrimento (COSTA-JÚNIOR; ALMEIDA; CORRER, 2019).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar se os estudos acadêmicos sobre psicossomática em mulheres, publicados entre 2020 e 2025, consideraram o determinante social de gênero na compreensão da somatização. A partir da revisão sistemática da literatura, foi possível identificar que, ainda que a discussão da maioria dos artigos não tenha disposto o elemento do gênero como central, este foi citado e considerado na maior parte dos estudos analisados, sendo apontado como fator relacionado aos adoecimentos somáticos em nove, dos dez estudos.

Entende-se que esse resultado pode estar associado ao recorte temporal contemporâneo adotado por esta pesquisa. Como contraponto histórico, cita-se um estudo primário realizado em 2007, cujo objetivo foi caracterizar a demanda de pacientes com diagnóstico de doença psicossomática atendidos no HCFMRP-USP, no período de 1996 a 2004 (MARTINS, 2007). Esse estudo identificou maior prevalência do transtorno de somatização em mulheres, atribuindo tal dado principalmente a fatores biológicos, como alterações hormonais associadas à menarca e à gravidez, evidenciando uma leitura biomédica com pouco destaque aos atravessamentos sociais, históricos e culturais do gênero.

Ainda assim, o resultado desta revisão sistemática não pode ser considerado generalizante, considerando a amostra limitada de artigos. Apesar da correlação entre gênero e adoecimento somático, foi possível analisar um artigo ancorado em modelos biomédicos e epidemiológicos. Embora tenha cumprido objetivos descritivos, notou-se que o apagamento do gênero não é homogêneo na literatura: estudos epidemiológicos tendem a privilegiar aspectos psicossociais do trabalho, enquanto produções da psicologia, enfermagem e saúde coletiva aprofundam com maior frequência os dispositivos de gênero.

Destaca-se ainda que, na amostra analisada, os aspectos psicossociais relacionados ao trabalho feminino se sobressaíram, indo além da leitura centrada na noção de dupla jornada de trabalho. Os estudos indicaram que determinados modos de inserção das mulheres no mundo do trabalho, marcados por baixa remuneração,



periculosidade no trabalho, desemprego e trabalho informal constituem elementos que corroboram para os processos de adoecimento psicossomático. Tais aspectos parecem apontar para a existência de características inerentes às formas socialmente atribuídas ao trabalho feminino que produzem efeitos específicos sobre o corpo e a subjetividade.

Reconhecem-se como limitações deste estudo a pluralidade de significados e tendências no campo da psicossomática (MELLO-FILHO; BURD, 2010), o recorte temporal adotado, que privilegiou estudos recentes, e as limitações metodológicas relacionadas à dependência da literatura disponível. Indica-se também como limitação a perspectiva psicossomática adotada, baseada em Joyce McDougall (1996) e Christopher Dejours (1992), cujas formulações não consideram explicitamente o determinante social de gênero, tensionando a análise. Soma-se a isso o fato de que, embora fundamentada na psicanálise, a psicossomática vem sendo frequentemente assimilada à “medicina psicossomática”, como sinônimo de uma abordagem integral do ser humano, o que dilui suas especificidades teóricas e clínicas.

Ainda assim, os achados desta revisão contribuem para a produção de conhecimento em Psicologia e oferecem subsídios para a atuação profissional em diferentes contextos de atenção à saúde. Ao evidenciar a relevância do determinante social de gênero na compreensão da somatização em mulheres, o estudo reforça a necessidade de práticas clínicas e institucionais, bem como do aprimoramento e da formulação de políticas públicas em saúde inclusivas, que incorporem os processos de subjetivação, as relações de trabalho e as desigualdades de gênero envolvidos no adoecimento. Nesse sentido, políticas voltadas à saúde da mulher podem beneficiar-se de abordagens interdisciplinares que considerem os processos de subjetivação que atravessam o sofrimento feminino. Para a produção científica, a pesquisa também reforça, como aponta Iaconelli (2025), a importância de tensionar discursos reducionistas que possam contribuir para a culpabilização das mulheres diante de quadros psicossomáticos.

Os achados apontam ainda para a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem a investigação empírica sobre a psicossomática em mulheres, especialmente a partir de perspectivas interseccionais que articulem o gênero a outros marcadores estruturais, como raça e classe social. Além disso, considerando os resultados dessa pesquisa, faz-se pertinente que estudos posteriores se dediquem a problematizar de que forma os modos de produção contemporâneos e capitalistas



incidem sobre os processos de subjetivação feminina e sobre as formas de adoecimento psicossomático. Nesse sentido, mais do que identificar correlações entre gênero e somatização, coloca-se como questão ética e política investigar quais possibilidades de elaboração podem ser construídas frente a contextos estruturais que reiteradamente produzem sofrimento, interrogando, assim, não apenas por que as mulheres adoecem, mas sob quais condições sociais e capitais a somatização se torna a única via possível de expressão do mal-estar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. A histeria como materialidade e subversão: uma cartografia do sofrimento gendrado e um convite à inversão conotativa. *Revista Heterotópica*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 190–211, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/70224>. Acesso em: 8 fev. 2026.

AMARAL, B. N. do; LIRA, P. H. F.; LIRA, L. F.; FACHIN, L. P. Transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas: um estudo epidemiológico entre 2017 e 2021. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, e9312440813, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40813>. Acesso em: 2 jan. 2026.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ARÁN, M.; JÚNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 129–147, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100007>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BARBOSA, C. G. et al. Perfil epidemiológico dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 1–8, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100013. Acesso em: 11 fev. 2026.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *CID-11: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 11ª revisão*. Brasília: MS, 2022.

BORDE, E; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ, M; PORTO, M. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. *Saúde debate*, v. 39, n. 106, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030023>.



BORINI, C. H; CARLOS, D. M.; ÁVILA, L. A.; SOARES, A. P.; SALTARELI, S.; HORTENSE, P. "Minha vida, meu corpo é um hematoma": vivências de pessoas com dor musculoesquelética crônica. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. e70364, 2022. DOI: 10.12957/reuerj.2022.70364. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/70364>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BUTLER, J. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, S.-H. (org.). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1990. p. 296–314.

BUTLER, J. *Défaire le genre*. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

CAMPOS, A. F. M. de; CAETANO, L. M. D.; GOMES, V. M. L. R. Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 27, n. 54, p. 139–169, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2702>.

CAPITÃO, C. G.; CARVALHO, E. B. Psicossomática: duas abordagens de um mesmo problema. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 21–29, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142006000200004. Acesso em: 9 fev. 2026.

CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. São Paulo: Vozes, 2006.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). *Carta aberta aos candidatos à Presidência da República*. 2006. Disponível em: www.determinantes.fiocruz.br. Acesso em: 16 jan. 2026.

COSTA-JÚNIOR, F. M. da; ALMEIDA, B. dos S.; CORRER, R. Concepções sobre gênero e formação no campo da psicologia da saúde. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1441–1464, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12610>. Acesso em: 3 fev. 2026.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DIAS, H. Z. J. et al. Relações visíveis entre pele e psiquismo: um entendimento psicanalítico. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652007000200002. Acesso em: 22 jan. 2026.

FERNANDES, B. Os impactos dos ideais de beleza difundidos em redes sociais na subjetividade e nos processos de sofrimento psíquico de portadores de doenças dermatológicas. 2023. Relatório Final (Pesquisa de Iniciação Científica) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/pic/article/view/9491/0>. Acesso em: 7 fev. 2026.



FONTES, G. et al. Interações por transtornos neuróticos relacionados ao estresse e sintomas somáticos no Brasil de 2019 a 2023: uma abordagem sob a ótica da medicina integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, p. 1677–1687, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n6p1677-1687>. Acesso em: 2026.

FORTES, S. L. C. L.; TÓFOLI, L. F. F.; BAPTISTA, C. M. A. Somatização hoje. In: MELLO FILHO, J.; BURD, M. (orgs.). *Psicossomática hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FPA/SESC. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

FREUD, S.; BREUER, J. *Estudos sobre a histeria* (1893-1895). Tradução de Laura Barreto e Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia; o futuro de uma ilusão e outros textos (1926–1929). In: FREUD, S. *Obras completas*, v. 17. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Tradução de Paulo César de Souza.

GALDI, M. B.; CAMPOS, E. B. V. Modelos teóricos em psicossomática psicanalítica: uma revisão. *Temas em Psicologia*, v. 25, n. 1, p. 29–40, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v25n1/v25n1a03.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2025.

GALVÃO, A. L. M.; OLIVEIRA, E.; GERMANI, A. C. C. G.; LUIZ, O. do C. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 2, e200743, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200743>. Acesso em: 2026.

GARCIA, V. A.; MONTEIRO, J. K.; GREGOVISKI, V. R. Distúrbios psiquiátricos menores e estresse em policiais militares. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 3, p. 11537–11551, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60365>. Acesso em: 11 fev. 2026.

IACONELLI, V. Você não faz um câncer. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: Coluna “Todas”, 2025.

MACHADO DE ASSIS. *O Alienista*. São Paulo: Ática, 1992. [Originalmente publicado em 1882].

MACHADO, T. O. (org.). *Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

MARTINS, V. A. *Psicossomática e transtornos de somatização: caracterização da demanda em hospital escola no período de 1996 a 2004*. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto,



Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-13032007-160827/publico/MartinsVanessa.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. [Originalmente publicado em 1867].

MAUÉS, A.; ROCHA, M. C. M.; TAVOGLIERI, S. M.; SORDI, B. A. Dispositivo materno e parto: uma análise da interface de gênero e saúde mental nos relatos de mulheres do documentário “O renascimento do parto I”. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, e283101017577, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.17577>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MCDUGALL, J. *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MELLO-FILHO, J.; BURD, M. *Psicossomática hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, I. D. C.; LIMA, L. V. C. Análise do impacto psicológico ocasionado em mulheres vítimas de violência simbólica: uma revisão de literatura. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 27, n. 5, p. 3072–3090, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/argsaude.v27i5.2023-060>. Acesso em: 5 jan. 2026.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 4 jan. 2026.

MORAIS, J. L. Para pensar a psicossomática e sua relação com o feminino. *Revista de Psicanálise Stylus*, [S. l.], v. 1, n. 42, p. 83–92, 2023. Disponível em: <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/951>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MORAIS, M. E. F. de; ALMEIDA, A. B. T. de; ARRUDA, I. T. S. de; SILVA, W. L. P. da; RAMOS, R. de M. L. Descrição do perfil biopsicossocial e as principais hipóteses diagnósticas dos pacientes que buscam atendimento no Pronto Atendimento em Saúde Mental de João Pessoa. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 8, n. 1, e76785, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/76785>. Acesso em: 10 fev. 2026.

OSHIRO, C. M. P. *Violência de gênero e religião: uma análise da influência do cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres acolhidas nas Casas Abrigo Regional Grande ABC e de homens autores de violência doméstica*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.



PALMA, L.; RICHWIN, I. F.; ZANELLO, V. Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. *Caderno Espaço Feminino*, v. 33, n. 2, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v33n2-2020-6>. Acesso em: 6 jan. 2026.

PINHEIRO, L. G. *(Re)construindo performances discursivas de maternidade e não-maternidade em espaços virtuais*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PITTA, A. *Hospital: dor e morte como ofício*. São Paulo: Hucitec, 1990.

PORTO, M.; COSTA, F. P. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 27, n. 4, p. 479–489, 2010.

PORTO, M. Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 26, n. 3, p. 426–439, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000300007>. Acesso em: 2 fev. 2026.

RAIMUNDO, J. S.; SILVA, R. B. Reflexões acerca do predomínio do modelo biomédico no contexto da Atenção Primária em Saúde no Brasil. *Revista Mosaico*, v. 11, n. 2, p. 109–116, 2020.

REICHENHEIM, M.; BASTOS, J. L. O quê, para quê e como? Desenvolvendo instrumentos de aferição em epidemiologia. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 40, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rsp/article/view/189335>. Acesso em: 28 jan. 2026.

RIBEIRO, D. B. C.; ARAGÃO, F. B. A.; MONTEIRO, M. M. M. S.; SANTOS, N. M.; MARTINELLI, C. V. M.; NETO, A. J. G.; GALVÃO, A. P. F. C. Psicossomática pós-COVID-19: sinais e sintomas causadores de adoecimento mental. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, e19811628595, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.28595>. Acesso em: 5 jan. 2026.

RODRIGUES, A. L.; FRANÇA, A. C. L. Uma perspectiva psicossocial em psicossomática via estresse e trabalho. In: MELLO FILHO, J.; BURD, M. (orgs.). *Psicossomática hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

ROHDEN, F. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*, v. 8, n. 17, p. 101–125, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100006>. Acesso em: 2 jan. 2026.

SANTOS, A. H. G.; BORTOLON, C. B.; AMINO, D.; LARANJEIRA, R. Ambulatório médico de psiquiatria: 30.151 casos. *Debates em Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 10,



n. 3, p. 16–22, 2020. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/25>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SANTOS, E. C. S.; BARBOSA, E. R. L.; SILVA, G. P.; FONSECA, E. J. F.; LOURENÇO, A. K. R.; MELO, I. F.; BARROS, E. N. L.; BITTENCOURT, H. S. Atuação do enfermeiro frente a uma gravidez fictícia. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 1, p. 2278–2288, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/24000>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5–22, 1990.

SIQUEIRA, K. L. S.; OLIVEIRA, D. P.; ALVES, R. C. Um nome para a dor: fatores psicológicos presentes no discurso de mulheres com fibromialgia. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 11, n. 5, p. 59–70, 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9650>. Acesso em: 3 jan. 2026.

SILVA, L. B.; BICUDO, V. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. In: MACHADO, T. O. (org.). *Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 115–131.

SOTO, R. F. *A psicossomática na primeira infância: a contribuição de Winnicott para um estudo das alergias respiratórias*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2006_6c0c895da33d03037995179135ce19d3.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

SOLAR, O.; IRWIN, A. *A conceptual framework for action on the social determinants of health*. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: https://www.who.int/sdhconference/resources/ConceptualframeworkforactiononSDH_eng.pdf. Acesso em: 2026.

VIEIRA, C. E. C. Impactos psicossociais do desemprego para a saúde mental e subjetividade dos trabalhadores. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 7, p. 1–29, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8962/5529>. Acesso em: 2 fev. 2026.

ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.

ZANELLO, V. *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.